

Faculdade Internacional de Teologia Reformada
TS 702 – Símbolos de Westminster
Professor: Leandro Antônio de Lima
Aluno: João Matheus Beck

Uma pequena crítica bíblica à Confissão de Fé de Westminster

A Confissão de Fé de Westminster principia com a doutrina da Escritura Sagrada como única revelação suficiente e eficaz para trazer o conhecimento de Deus e da salvação oferecida no Evangelho do nosso Senhor Jesus Cristo. A revelação natural, legada por Deus à humanidade por meio das obras da criação e providência, embora seja inerrante e correta no seu conteúdo, é facilmente e corriqueiramente deturpada por aqueles que tentam interpretá-la. Isto ocorre porque as pressuposições anticristãs com as quais a maioria dos intérpretes da natureza trabalham os leva a conclusões diametralmente opostas àquelas desejadas pelo Deus que se revela nas obras da criação e da providência.

Embora a interpretação da Escritura Sagrada também esteja sujeita à interferência de pressuposições estranhas a Deus e a sua revelação especial, um texto proposicional tal qual a Escritura Sagrada testifica claramente acerca das mistificações e desonestidade intelectual daqueles que pretendem interpretá-la de forma contrária à intenção do Espírito Santo ao inspirá-la e ao sentido claro de seus termos e linguagem. Se contássemos apenas com relação à revelação natural, dificilmente conseguiríamos apontar as suposições erradas que levam os intérpretes da natureza a chegar a conclusões tão falsas. Na verdade, se contássemos apenas com a revelação natural, todos nós laboraríamos em erro por não termos condições de, com base apenas na revelação natural, desafiar as nossas próprias pressuposições erradas.

Creio que a Assembleia de Westminster foi muito sábia – e escriturística – ao colocar a Escritura Sagrada como a base fundamental das doutrinas discutidas no restante desta Confissão. Se a teologia, entendida aqui como a disciplina que pretende entender e esclarecer as doutrinas cristãs, somente pode ser propriamente chamada de teologia – um discurso intelectual acerca de Deus e temas relacionados a Deus – quando se inicia a partir da Escritura Sagrada, é informada pela Escritura Sagrada e tem na Escritura Sagrada a base fundamental de todas as suas afirmações, então toda e qualquer outra disciplina somente será cristã e digna de Deus quando for iniciada, informada e sustentada pelo conhecimento de Deus revelado na Escritura Sagrada. Ou seja, o culto, o evangelismo, a missiologia, a apologética e qualquer outra disciplina somente será cristã quando iniciar a partir da Escritura, se informar pela Escritura, e se sustentar com base na Escritura. Qualquer outra fonte de autoridade espiritual que não a Escritura Sagrada nos coloca debaixo do jugo do misticismo e do subjetivismo, os quais somente podem conduzir às trevas e à perdição eterna.

Creio que esta é a conclusão que devemos traçar com base na escolha que a Assembleia de Westminster fez de eleger a Escritura Sagrada como base e fundamento da confissão de fé que lhe foi encomendada: qualquer doutrina ou prática que não estão diretamente ordenadas na Escritura ou que não possam ser clara e logicamente deduzidas com base nas proposições bíblicas não podem ser denominadas cristãs, devendo, portanto, ser rejeitadas como perversões da verdadeira fé e religião.

É a partir do conhecimento de Deus revelado na Escritura Sagrada que a Confissão de Fé de Westminster procura estabelecer e justificar as doutrinas nela – na confissão – expostas.

A doutrina trinitária esposada no capítulo II da Confissão, citando os atributos divinos, afirmando a sua autossuficiência e soberania, e discursando acerca das relações internas entre as pessoas divinas está mais do que justificada e comprovada pelas referências bíblicas lá citadas.

Acerca dos decretos divinos, tema do capítulo III, não creio que os autores da Confissão rejeitando por completo a ideia da “dupla predestinação”. Entendo ser assim pois se no parágrafo III deste capítulo a expressão “predestinados” é reservada apenas para os eleitos para a vida eterna, e o termo “preordenado” é usado apenas com relação àqueles que foram “preordenados” para a morte eterna, no parágrafo VI, que trata unicamente dos eleitos para a vida eterna, temos a afirmação que Deus “preordenou” todos os meios conducentes a este fim”, a saber, a vida eterna para os predestinados à vida eterna. Com base neste uso intercambiável dos termos é possível chegar a conclusão que os autores da Confissão não estavam tão preocupados em rechaçar a ideia de uma “dupla predestinação”.

Além disso, não creio que os autores bíblicos estavam preocupados em defender prevenir que esta ideia surgisse no seio da Igreja. Se lermos com atenção aquilo que Paulo escreveu em Romanos 9, seremos compelidos a afirmar que uns foram ordenados para a salvação, enquanto que os outros que foram ordenados para a perdição, Deus ativamente os endurece. Também seremos obrigados a reconhecer que as pessoas não possuem nem grandeza moral nem ontológica para sequer começar a questionar os direitos e prerrogativas que Deus tem de proceder segundo a sua própria vontade, e tão pouco de começar a acusar Deus de ser injusto ao proceder do modo como Ele procede.

Não há nenhuma reparação a ser feita com relação ao tratamento que a Confissão de Fé de Westminster faz das doutrinas da criação, da providência e da queda do homem, temas dos capítulos IV, V e VI da Confissão, respectivamente. O mesmo pode ser dito dos temas tratados nos capítulos VII (do pacto de Deus com o homem), VIII (de Cristo o mediador), IX (do livre-arbítrio), X (da vocação eficaz), XI (da justificação), XII (da adoção), XIII (da santificação), XIV (da fé salvadora), XV (do arrependimento para a vida), XVI (das boas obras), XVII (da perseverança dos santos), XVIII (da certeza da graça e da salvação), XIX (da lei de Deus) e XX (da liberdade cristã e da liberdade de consciência).

O capítulo XXI, intitulado do culto religioso e do domingo, afirma corretamente no parágrafo I que o culto a Deus não pode ser fruto nem das “imaginações e invenções dos homens” e tão pouco das “sugestões de Satanás”. Pelo contrário, o culto a Deus deve ser prestado segundo as ordenanças dadas pelo próprio Deus em sua Palavra. O parágrafo VI desta seção afirma o espírito neotestamentário do culto a Deus, argumentando que na era do Evangelho o culto a Deus foi despido de todos os cerimoniais do culto veterotestamentário, de modo que um lugar não é mais apropriado ou santo para a adoração particular, em família, ou mesmo a adoração pública da igreja local. Este é o chamado princípio regulador do culto.

Já os parágrafos VII e VIII deste capítulo pretendem afirmar que o dia da semana mais apropriado para o culto cristão seja o domingo, tendo em vista que: (1) Deus determinou em sua lei que um dia em sete deveria ser guardado como um dia de descanso santificado a Ele; (2) nos tempos do AT este dia era o último dia da semana, relembrando a obra da criação de Deus; e (3) desde de que Cristo ressuscitou no primeiro dia da semana, o descanso cristão e o dia de culto a Deus deve ser o domingo, o primeiro dia da semana.

Os pontos (1) e (2) são facilmente comprovados pela Escritura. O fato de que Cristo ressuscitou no primeiro dia da semana também é ponto pacífico, pois os Evangelhos todos relatam que a ressurreição ocorreu de fato em um domingo.

No entanto, ainda que estes dois parágrafos apresentem referências bíblicas que comprovam que a Igreja Apostólica adotou o domingo como sendo o “sábado” cristão, destes relatos não se segue que o dia mais apropriado para o culto cristão seja necessariamente o domingo. Devemos nos lembrar do princípio regulador do culto: Deus deve ser adorado segundo os princípios por Ele mesmo estabelecidos, e o culto neotestamentário, pela vontade de Deus, foi despido do cerimonialismo da antiga aliança em decorrência do primeiro advento de Jesus Cristo. Ou seja, não podemos assumir o princípio regulador do culto e, ao mesmo tempo e sem uma ordenança neotestamentária, assumir que o culto cristão deva ser celebrado necessária e obrigatoriamente no domingo.

As passagens que mostram a Igreja Apostólica celebrando o culto a Deus no domingo nem mesmo apresentam as razões pelas quais o culto era celebrado no domingo. Assumimos que o domingo tenha sido escolhido por ser o dia da ressurreição de Jesus, mas tal afirmação nunca é feita na Escritura. Mesmo sendo de importância capital para a teologia cristã a doutrina da ressurreição de Cristo, em nenhum lugar na Escritura nos é ordenado que o culto cristão deve necessariamente coincidir com o dia da semana no qual Jesus Cristo ressurgiu de entre os mortos. Por esta razão, creio que neste ponto a Confissão de Fé de Westminster se afastou do ensino escriturístico.

Avançando nos capítulos da Confissão, temos a discussão acerca dos juramentos legais e dos votos (XXII), a exposição acerca da autoridade civil (XXIII), um resumo do entendimento bíblico acerca do matrimônio e do divórcio (XXIV), e as doutrinas da igreja (XXV) e da comunhão dos santos (XXVI), temas estes que estão expostos segundo o ensino claro da Escritura.

Ao chegarmos nos capítulos XXVII, XXVIII e XXIX, temos a exposição das doutrinas dos sacramentos, do batismo e da ceia do Senhor, respectivamente. Com relação a seção que trata da doutrina do batismo, os parágrafos I, II e III estão devidamente amparados no ensino da Escritura por meio das referências bíblicas neles anotadas.

No entanto, o parágrafo IV afirma que os filhos de pais crentes, mesmo os filhos infantes, devem também receber o batismo, tendo o fundamento de tal o fato de que a aliança de Deus com Abraão se estendia aos seus descendentes, e que os cristãos foram feitos participantes desta aliança. Outras confissões de fé deste período justificaram o batismo infantil partindo do pressuposto que o sacramento do batismo substituiu a circuncisão veterotestamentária.

Sim, é verdade que a aliança de Deus se estende pelas gerações. No entanto, aquilo que no AT era presumido (que todos os descendentes físicos de Abraão estavam, por determinação genética, incluídos na aliança, no NT esta pressuposição é posta a prova por uma profissão pública de fé. Em João 8 Jesus afirma que não são os filhos naturais de Abraão necessariamente filhos espirituais de Abraão. O mesmo se aplica aos cristãos: os filhos da promessa não são os descendentes físicos dos cristãos, mas aqueles que seguem a mesma fé inabalável dos seus pais.

Mesmo não sendo explicitamente citada na Confissão, é necessário nos referirmos a ideia de que o batismo cristão seja o equivalente da circuncisão. Quando lemos Dt 10.16 e Dt 30.6, somos

informados que a circuncisão física era um mero tipo da verdadeira circuncisão, a circuncisão espiritual, não feita por mãos humanas, mas operada por obra do Espírito Santo: a “circuncisão do coração”. Analisando o que Moisés tem a dizer acerca da “circuncisão do coração” no contexto de Dt 30.6, percebemos que esta é a linguagem mosaica para se referir àquilo que Jeremias denominou “nova aliança” em Jr 31.31-34, realidades espirituais ressaltadas também por Ezequiel em sua profecia (Ez 11.17-20 e 36.22-28).

Paulo afirma em Rm. 2-25-29 que a verdadeira circuncisão é aquela que é do coração, e em Fp 3.3 o apóstolo nos diz que a circuncisão são “aqueles que servem a Deus em espírito”. Também em Cl 2.11-12 lemos que o batismo é o sinal externo daquela circuncisão interna, operada pelo próprio Cristo através do Espírito Santo.

Ora, a circuncisão da carne apontava para a realidade da regeneração espiritual, pela qual o Espírito Santo renova os corações empedernidos pelo pecado, escreve neste coração as leis de Deus, e pela sua habitação na pessoa a habilita não apenas a querer obedecer a Deus, mas de fato a leva a amar de todo o coração e a obedecê-lo de toda a sua alma. O batismo cristão é o sinal externo que aponta para a realidade interna da regeneração espiritual e de todas as bênçãos que dela recorrem. Logo, é impróprio relacionar o batismo cristão com a circuncisão da carne querendo com isso justificar o batismo de infantes que nem mesmo receberam a regeneração.

O batismo cristão deve ser reservado para pessoas que professam publicamente a sua fé em Cristo. Sabemos que nem todos os que professam crer em Cristo de fato pertencem a Cristo, mas nem por isso devemos justificar o batismo de alguém que nem mesmo pode realizar uma profissão de fé falsa e hipócrita.

Do fato de que Pedro afirmou que as bênçãos do Evangelho se estendem aos filhos dos crentes não se pode deduzir que ele tinha em mente que os filhos infantes daqueles que haviam crido também deveriam ser batizados, mesmo antes de serem capazes de fazer uma profissão de fé. Também não se pode deduzir que do fato de que famílias inteiras eram batizadas que os filhos infantes destas famílias também eram batizados. Com base no que o NT tem a dizer acerca da primazia da fé no que diz respeito a Jesus Cristo, é mais correto supor que eram batizados aqueles que professassem a sua fé no Evangelho, e somente estes, sendo que com relação aos infantes o batismo era postergado até que fizessem – ou não fizessem – a sua profissão pública de fé.

Além disso, o pedobatismo está em uma situação mais precária que o domingo como o “sábado” cristão: embora não temos mandamento algum, temos alguns versos que indicam que a Igreja Apostólica se reunia para o culto no domingo. Mas com relação ao pedobatismo, não há nenhum verso que sequer cite o batismo de um único infante. Tudo o que temos são conjecturas feitas com base em suposições já anteriormente assumidas, suposições estas que carecem de justificação bíblica. Se considerarmos que não há um único mandamento direto que ordene o batismo de infantes, e tão pouco uma única indicação clara de que os apóstolos assim procediam, como poderíamos justificar, diante do princípio regulador do culto, um culto no qual um infante recebe o sacramento do batismo?

Por fim temos os capítulos XXX (das censuras eclesiásticas), XXXI (dos sínodos e concílios), XXXII (do estado do homem depois da morte e da ressurreição dos mortos) e XXXIII (do juízo final), os quais seguem de perto a Escritura.

O parágrafo III do capítulo que trata dos sínodos e concílios é louvável exatamente por reconhecer a falibilidade mesmo daqueles que se dedicam de todo o coração a entender a Escritura. Nesta pequena crítica ressaltai dois pontos que considero erros cruciais desta Confissão: o domingo como o dia de culto e o pedobatismo. Não creio que isto que considero errado denigra o importante trabalho efetuado pela Assembleia de Westminster. No mínimo, estes temas que considero terem sido tratados de forma equivocada demonstram a serenidade e prudência da Assembleia de Westminster ao ter escrito o que vai no parágrafo III do capítulo XXXI. Apenas a Escritura é inerrante e infalível: nossos credos e confissões são meras tentativas humanas de entender a revelação de Deus legada a humanidade. Talvez este seja o ensino maior que a Confissão de Fé de Westminster tenha deixado para a posteridade.